

ESCALA DE REFERÊNCIA PARA ESCOLAS DE CIDADANIA PARTICIPATIVA

UMA FERRAMENTA PARA A PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS!

"A participação é um importante antídoto à educação tradicional, educação essa que acarreta o risco de tornar a juventude alienada e fácil de manipular. Através da efetiva participação em projetos que impliquem gerar soluções para problemas reais, os jovens desenvolvem competências - de reflexão crítica e de comparação de perspectivas - essenciais para a autodeterminação de opiniões políticas. O benefício é duplo: para a autorrealização da criança e para a democratização da sociedade."

TÍTULO ORIGINAL EM LÍNGUA INGLESA:
SCALE OF REFERENCE FOR DEMOCRATIC CITIZENSHIP SCHOOLS: a tool for School Participation!

COORDENAÇÃO:

ECOS - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, CRL.

AUTORAS:

ANA MORGADO | ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL.

JOANA FRANCO | ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL.

REVISÃO DA VERSÃO ORIGINAL EM INGLÊS:

MARIA ISABEL DUARTE | Agrupamento de Escolas de Pinheiro e Rosa

PETER KASTELIC | Kulturno izobrazevalno drustvo PiNA

CONTRIBUTOS PARA A VERSÃO ORIGINAL EM INGLÊS

Esta publicação resulta de um trabalho colaborativo e participativo levado a cabo pelas autoras com Anna Pomykot, Peter Kastelic, Maria Isabel Duarte, Bruno António, André Lara Ramos, Maria Conceição Santos, Priscila Soares, Helena Quintas, Teresa Laranjo, Alberto Melo, Natália Estrelo, Nuno da Silva, Ema Weixler, Pawel Kaczmarek, Alessia Steffè, Laura Morgan, Lea Škerlič, Lia Grazia Gobbo, Agnieszka Pielorz, Mateusz Oleś, Sylwia Janicka, Tomasz Chmielewski, Leonor Mendes, Tomás Rodrigues, João Janeiro, Luisa Lino, Daniel Candé, Gonçalo Jacob, Fernanda Silva, Adam Nowak, Vid Tratnik, Beatriz Carrasqueiro, Ana Cristina Oliveira, Ana Pinheiro, Eugénia Narciso e Clara Abegão.

COORDENAÇÃO DA TRADUÇÃO PARA VERSÃO PORTUGUESA:

ANA MORGADO | ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL.

JOANA FRANCO | ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL.

CONTRIBUTOS PARA A TRADUÇÃO PARA VERSÃO PORTUGUESA:

ANA TERESA | International Young Naturefriends - IYNF

FLÁVIO RINO | Intercultura - AFS Portugal

JOANA PINTO | Associação Azes Valboenses

JORGE CARVALHO

REVISÃO DA VERSÃO PORTUGUESA:

DORA MARTINS CRISTINA

INÊS CASTELA

JESICA DIAS

DESIGN GRÁFICO, LAYOUT E ILUSTRAÇÕES:

MARIA FARRAGOLO | ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL.

DATA: OUTUBRO 2016

A versão online pode ser descarregada em:

<http://democraticschools.ecos.pt/>

Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do projeto **Network of Democratic Citizenship Schools** 2015-1- PT01_KA201-013089, financiado com o apoio da União Europeia através do programa ERASMUS +. Esta publicação reflete apenas as opiniões das autoras. A Agência Nacional Portuguesa de ERASMUS + e a Comissão Europeia não são responsáveis pela utilização que possa ser feita das informações que contém.

NOTA DA EQUIPA COORDENADORA DA TRADUÇÃO

A ECOS procurou usar na linguagem escrita desta publicação a dimensão da igualdade de género. Apesar de não dispor de apoio técnico e desta decisão poder dificultar uma primeira leitura, acreditamos que a forma também é conteúdo e que quem trabalha em Cidadania Democrática e Direitos Humanos tem o dever de utilizar uma linguagem inclusiva de género.

Tendo como objetivo a melhoria da publicação nesta e noutras dimensões, agradecemos que nos façam chegar todo o *feedback* através do email participatoryschools@ecos.pt

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

TABELA DE CONTEÚDOS

1. INTRODUÇÃO	6
2. A ESCALA DE REFERÊNCIA PARA ESCOLAS DE CIDADANIA PARTICIPATIVA	8
3. UTILIZAÇÃO DA ESCALA DE REFERÊNCIA	10
3.1. INSTRUÇÕES GERAIS	10
3.2. REGRAS E PRINCÍPIOS PARA UTILIZAÇÃO DA ESCALA	12
3.3. NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO	14
4. A ESCALA	20
5. COMO LER OS RESULTADOS	38
6. QUESTÕES PARA REFLEXÃO	42
7. O PROJETO REDE DE ESCOLAS DE CIDADANIA DEMOCRÁTICA	43
8. PARCEIROS DO PROJETO	44
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente numa sociedade complexa e exigente que apela, por um lado, à nossa Participação ativa como cidadãos e cidadãs e, por outro, encoraja o individualismo e a competitividade. O aparente crescimento, ao longo dos últimos anos, do **desinteresse dos e das jovens pela participação política convencional**, tem vindo a ser sido contrariado por pesquisas que indicam que a juventude não se desvinculou do comportamento democrático e cívico, estando sim a lutar por **encontrar outras maneiras** de fazer as suas vozes sejam ouvidas.

Com a extraordinária energia, criatividade, talentos, dons e potencial de mudança que os e as caracterizam, **os e as jovens podem contribuir decisivamente para o desenvolvimento das nossas comunidades**. É por isso essencial criar novos espaços e transformar os espaços existentes de forma a garantir que os e as jovens possam verdadeiramente participar, nomeadamente nos processos e nas questões que os e as afetam, procurando assim alargar os seus horizontes às questões relevantes para as suas comunidades local, regional, nacional, europeia e global. Uma sociedade que não encoraja nem apoia os e as jovens a participar na busca de soluções para os seus problemas e da sua comunidade, não pode esperar que estes venham, mais tarde, a tornar-se cidadãos e cidadãs ativos e solidários. Este encorajamento e apoio é particularmente determinante no caso dos jovens e das jovens marginalizadas e em risco.

De acordo com a **Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos**¹, *“A educação para a cidadania democrática engloba a educação, a formação, a sensibilização, a informação, as práticas e as atividades que visam, através da aquisição pelos aprendentes de conhecimentos e competências, da compreensão e do desenvolvimento das suas atitudes e dos seus comportamentos, capacitá-los para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática, a fim de promover e proteger a democracia e o primado do direito”*.

1. Esta Carta pode ser consultada em <http://www.dge.mec.pt/carta-do-conselho-da-europa-sobre-educacao-para-cidadania-democratica-e-para-os-direitos-humanos>.

A Carta afirma também que *“As práticas e as atividades de ensino e de aprendizagem devem respeitar e promover os valores e os princípios da democracia e dos direitos humanos; em particular, a governança das instituições de ensino, incluindo as escolas, deve refletir e promover os valores dos direitos humanos e motivar a responsabilização e a participação ativa dos aprendentes, dos profissionais de educação e de outras partes interessadas, incluindo os pais”*.

A Participação é um **Direito Humano** com um valor inerente e é, ao mesmo tempo, um **processo pedagógico**, na medida em que a melhor maneira de aprender a participar é participando, desenvolvendo competências, valores e atitudes para uma cidadania mais ativa e responsável (aprender fazendo).

Na escola os/as jovens podem experienciar a Participação, não só ao assumirem responsabilidades e tomarem decisões relativas aos seus próprios processos de aprendizagem, mas também ao tomarem parte em reflexões e ações relacionadas com assuntos locais, regionais, nacionais e globais. Neste contexto, **as escolas podem e devem desempenhar um papel central na promoção de conhecimentos e experiências de cidadania**, permitindo e encorajando a Participação de vários atores (estudantes, pessoal docente, mães, pais e encarregados de educação e pessoal não-docente) na construção de soluções que abranjam não só o ambiente escolar e a comunidade envolvente (cidadania local), mas também o desenvolvimento de um sentimento de pertença às comunidades europeia e global (cidadania europeia e global).

Para apoiar as escolas nesse processo, é necessário **(1) criar ferramentas abrangentes e adequadas** que possam funcionar como guias práticos para promover a Participação, bem como **(2) desenvolver estratégias para envolver** os e as estudantes e outros atores escolares relevantes.

2. A ESCALA DE REFERÊNCIA PARA ESCOLAS DE CIDADANIA PARTICIPATIVA

A Escala de Referência para Escolas de Cidadania Participativa é uma **ferramenta prática de autoavaliação** da Participação dos atores escolares na aprendizagem, governança e relações com a comunidade. A Escala pode ser utilizada como um referencial para escolas de toda a União Europeia que pretendam compreender o nível de Participação em que se encontram e que procurem inspirar-se transformando-se em espaços mais participativos.

A Escala foi concebida para ser **aplicada por escolas secundárias ou equivalentes**. Apesar de poder ser adaptada aos primeiros anos escolares, será importante nesse caso ter em conta os diferentes papéis desempenhados pelo pessoal docente e não docente, pelos/as estudantes, mães, pais e encarregados/as de educação, em cada nível escolar. A Escala está organizada por níveis, de forma a que a cada nível na escala corresponda um maior nível de Participação dos vários atores escolares e, conseqüentemente, a um maior grau de promoção da cidadania ativa por parte das escolas.

Esta Escala não é apenas uma ferramenta, mas também um **processo que convida as escolas a tomarem-se mais participativas**. Este processo é composto por uma **atividade de autoavaliação participativa**, envolvendo todos os atores relevantes (estudantes, pessoal docente e não docente, mães, pais e encarregados/as de educação, atores da comunidade envolvente como órgãos do poder local, organizações da sociedade civil, outras escolas, etc.), e pela construção, em conjunto e com o apoio de outros parceiros relevantes da escola, de um **Plano de Ação** para uma Escola mais Participativa².

O principal objetivo é que **cada escola siga o seu próprio ritmo e encontre o seu próprio caminho** para se tornar um espaço participativo. Por esse motivo, a Escala foi desenhada para funcionar como ferramenta de autoavaliação, não inclui nenhum mecanismo de controlo externo e é suficientemente flexível para permitir que **cada escola encontre a sua própria maneira de a utilizar e de a adaptar à sua realidade**. É por essa razão que, para compreender os progressos realizados, as escolas devem registar os critérios utilizados durante cada atividade de autoavaliação, podendo posteriormente comparar os resultados de diferentes anos.

2. Alguns exemplos de Planos de Ação para a Participação estão disponíveis em democraticschools.ecos.pt

Por outro lado, a Escala **não foi criada para gerar conclusões comparativas ou competitivas entre diferentes escolas**. No entanto, se várias escolas com contextos semelhantes pretenderem usar a Escala para promover trocas de aprendizagens, podem fazê-lo e gerar conclusões comparativas, desde que acordem previamente na utilização de critérios comuns.

A Escala de Referência para Escolas de Cidadania Participativa é o resultado de um trabalho colaborativo entre três Escolas e três Organizações da Sociedade Civil (OSC), de Portugal, da Polónia e da Eslovénia, parceiros no âmbito do **Projeto Rede de Escolas de Cidadania Democrática**.

Durante cerca de 4 meses (entre janeiro e abril de 2016), as equipas de cada país parceiro **mapearam a participação escolar nos níveis local e nacional**, reunindo e organizando informação, incluindo legislação e regulamentação, práticas atuais, parceiros relevantes e objetivos, bem como identificando e estudando diferentes modelos de escolas participativas existentes. Utilizaram-se metodologias e diretrizes comuns para realizar essa pesquisa nas três escolas e países, nomeadamente a **pesquisa documental, entrevistas semi-diretivas** com atores-chave da escola e **discussões em *focus group*** dirigidas a estudantes, pessoal docente e não docente, diretores e diretoras dos vários estabelecimentos de ensino e mães, pais e encarregados/as de educação.

Em maio de 2016, as equipas parceiras do projeto reuniram-se numa formação internacional, realizada na escola portuguesa parceira, o Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa (AEPROSA), em Faro. As equipas parceiras utilizaram os resultados dos mapeamentos das escolas e países, as suas experiências anteriores e os conhecimentos adquiridos na referida formação para desenvolver esta ferramenta. Nesta formação, foram apresentados e estudados diversos instrumentos e ferramentas para a participação cidadã e juvenil e os parceiros decidiram utilizar o **"IAP2 Espectro de Participação Pública"** da Associação Internacional de Participação Pública (disponível em <http://iap2canada.ca/page-1020549>) como base para a construção da Escala de Referência. Além disso, começaram a construir as dimensões e subdimensões da Escala, usando exemplos reais e também algumas atividades de *visioning* de como seria a melhor escola de cidadania participativa.

Um **grupo de especialistas portugueses** foi consultado e contribuiu generosamente com sugestões e recomendações de grande relevância, tais como a importância de manter a aprendizagem em sala de aula como um elemento separado da autoavaliação e a utilização de exemplos reais como forma de alimentar e manter a Escala atualizada tendo em conta a realidade futura.

O documento final foi elaborado pelas equipas técnicas das OSC com o apoio das equipas das escolas parceiras, em especial do AEPROSA, e **testada por todas as equipas parceiras** durante uma reunião transnacional do projeto e em atividades locais nas diferentes escolas.

3. UTILIZAÇÃO DA ESCALA DE REFERÊNCIA

3.1. INSTRUÇÕES GERAIS

Para efeitos da aplicação desta ferramenta de autoavaliação, o universo escolar encontra-se dividido em quatro dimensões:

A) Aprendizagem;

B) Governança;

C) Sentido de pertença à comunidade;

D) Inclusão - uma dimensão transversal focada na participação de determinadas pessoas ou grupos em todas as outras dimensões.



A cada dimensão correspondem várias subdimensões que deverão ser avaliadas tendo em conta a existência de quatro grupos, correspondentes aos quatro diferentes atores escolares, considerados para efeitos desta avaliação como:

- **Estudantes** - Pessoas que frequentam uma instituição educativa, com o objetivo de desenvolver novos conhecimentos, competências ou valores, obtendo, assim, um determinado nível de qualificação e / ou certificação;
- **Docentes** - Pessoas que trabalham numa instituição educativa cujo principal papel é o de apoiar os e as estudantes no processo de aquisição de conhecimentos, competências ou valores, e na obtenção de um determinado nível de qualificação e/ou certificação;
- **Mães, Pais e Encarregados/as de educação** - Pessoas responsáveis por acompanhar o percurso de um/a estudante, tais como a mãe, o pai, familiar, o tutor legal ou outro;
- **Pessoal não docente** - Pessoas que trabalham numa instituição educativa e que não são docentes, cujo papel pode ser de apoio administrativo, organizacional, logístico ou pedagógico (como psicólogo/a, conselheiro/a ou outros).

A avaliação é realizada em quatro grelhas de avaliação, uma por cada dimensão, e será realizada ator por ator. Assim, começando com a primeira grelha referente à "Aprendizagem" e com o primeiro ator "Estudantes", as escolas devem escolher os níveis de participação correspondentes ao envolvimento dos/as Estudantes em cada uma das subdimensões apresentadas.

Os Níveis de Participação estão identificados junto de cada tabela com ícones específicos e uma pequena descrição, estando enumerados de 0 a 4. A descrição completa dos Níveis de Participação pode ser encontrada na seção 3.3. Recorrendo a esta descrição e às regras fornecidas na seção 3.2, as escolas devem escolher e assinalar os Níveis que melhor correspondam à sua situação atual.

Para cada Nível de Participação escolhido, as escolas devem **acrescentar uma breve descrição e exemplos** dos procedimentos ou práticas que justificam a sua escolha, dando resposta à pergunta "Por que escolheu estes níveis?". Estas descrições podem servir como exemplos para outras escolas poderem usar a Escala no futuro. Uma vez completadas as linhas referentes à participação dos/as "Estudantes", as escolas devem somar a pontuação total obtida e registá-la no "Total". Depois de finalizar a avaliação dos/as e das "Estudantes", as escolas devem avançar e avaliar a Participação do próximo ator escolar e assim sucessivamente, até completarem as 4 grelhas de avaliação.

		 0	 1	 2	 3	 4	PORQUE ESCOLHEU ESTES NÍVEIS?
ESTUDANTES	A1		X				<i>A.1. Os estudantes recebem no início de cada ano um documento com o programa e os objectivos programáticos de cada disciplina. A.2. ...</i>
	A2			X			
	A3		X				
	A4				X		
TOTAL 							

Quando quem preenche a autoavaliação **não dispõe de informação referente à participação de um determinado ator numa dada subdimensão**, pode escrever "**Sem Info**". Nesse caso, os resultados serão semelhantes a um resultado de não participação, o que significa que a escola irá pontuar zero nessa subdimensão. Esperamos que estas regras possam funcionar como um estímulo para as escolas aprofundarem o autoconhecimento sobre determinado ator na área da Participação.

Em determinadas situações, pode ser amplamente aceite, a nível regional ou nacional, que a **Participação de mães, pais e encarregados/as de educação ou de pessoal não docente não seja relevante** para a avaliação de uma determinada dimensão ou subdimensão. Nesses casos, as escolas podem considerar uma dimensão ou uma subdimensão como "**Não Aplicável**" (N/A) relativamente a esse ator, bastando para tal inutilizar a parte correspondente da grelha. A pontuação total que corresponderia a essa parte da avaliação deverá ser descontada dos resultados finais. Mais informação sobre como calcular a pontuação em situações específicas pode ser consultada no capítulo 5. É de salientar que esta exceção pode apenas aplicar-se às mães, pais e encarregados/as de educação e pessoal não docente; ou seja a participação de estudantes e docentes não pode ser avaliada como "**Não Aplicável**".

Uma vez finalizada a auto-avaliação nas dimensões A), B), C) e D), as escolas devem copiar as pontuações obtidas no "Total" de cada um dos atores para a grelha de avaliação final e somá-las de modo a obter as pontuações totais. **As pontuações finais irão corresponder a um Nível de Participação da escola. Também é possível verificar os níveis de Participação por ator e por dimensão.** Poderá obter toda a informação sobre como ler os resultados no capítulo 5.

Para ajudar as escolas a realizar a sua autoavaliação, **são apresentados, ao longo deste documento, exemplos de ações, atividades, projetos e iniciativas.** As escolas podem ler os exemplos, relacioná-los com a sua realidade específica e então decidir os níveis de participação a escolher.

3.2. REGRAS E PRINCÍPIOS PARA UTILIZAÇÃO DA ESCALA

Ao utilizar a Escala de Referência, tenha em mente as seguintes regras e princípios:

Apenas as práticas generalizadas contam; as práticas isoladas não - Ao realizar a avaliação, tenha em conta as práticas generalizadas existentes na escola (regulamentadas ou não). Bons exemplos isolados podem ser tidos em conta como boas práticas a serem partilhadas e disseminadas, não devendo, porém, ser considerados para os resultados da autoavaliação. O mesmo se aplica aos regulamentos escolares que não estão a ser implementados na prática. Ainda que, tendo em conta a diversidade existente nas escolas (formação profissional/regular, educação especial, diferentes papéis que o pessoal docente e não docente e os/as estudantes podem desempenhar nas escolas, etc.), possa ser difícil identificar práticas generalizadas, é importante que cada escola encontre soluções de compromisso que retratem a sua própria realidade.

Apenas a participação direta ou a verdadeira representação contam - Um ator é parte da tomada de decisão quando, por si próprio, a pode tomar, ou quando pode contribuir para essa tomada de decisão diretamente (participação direta) ou sendo representado de forma proporcional por alguém eleito em eleições livres e justas (representação). Nesse sentido, por exemplo, se os e as estudantes estiverem em maioria, um órgão da escola onde tenham menos representantes do que os/as professores/as não pode ser considerado como um órgão que os/as representa.

Todos os atores da escola são relevantes - A Escala tem em conta a existência de quatro grupos, correspondentes aos quatro diferentes atores escolares - estudantes, docentes, mães, pais e encarregados/as de educação e pessoal não docente - os seus respetivos papéis e o desejável equilíbrio de poderes entre eles. Excepcionalmente, tendo em conta as diferentes realidades da escola e do país, a Participação do pessoal não docente ou de mães, pais e encarregados/as de educação pode ser considerada como não relevante para a avaliação de uma dimensão ou subdimensão específica. Consulte a secção 3.1. para saber como proceder nestas situações. Esta exceção não se aplica nem a estudantes, nem a docentes.

Todas as pessoas contam de forma igual - Ao analisar a Participação de um ator escolar, todas as pessoas que desempenham esse papel devem ser tidas em conta. Isto significa que mesmo que alguns ou algumas estudantes, docentes, mães, pais e encarregados/as de educação ou pessoal não docente tenham acesso privilegiado à tomada de decisões, se a mesma oportunidade não estiver igualmente disponível a todas as outras pessoas com o mesmo papel, então não deve ser tida em conta.

Apenas a participação efetiva conta - Ao analisar a Participação de um ator escolar, é importante avaliar não só se as pessoas podem participar, mas também se as pessoas participam. Assim, mesmo que todos tenham o direito de participar, se a maioria das pessoas não participa, a autoavaliação deve concluir por um baixo nível de Participação.

Não há Participação se a informação relevante não estiver disponível - A informação é essencial para todos os outros níveis de Participação e o primeiro passo é construir a Participação. Se os atores escolares não estiverem munidos com as informações relevantes para análise de uma dimensão e/ou subdimensão, significa que estão no nível de participação 0, mesmo que aparentemente sejam consultados, envolvidos ou empoderados (níveis 2, 3 e 4).

Tanto os fatores internos como os fatores externos contam - Ao avaliar a participação dos atores escolares, os fatores internos e externos que contribuem e afetam a realidade escolar devem ser considerados, mesmo que não dependam da vontade ou esfera de competência da escola. Isto significa que, por exemplo, se a legislação nacional nega o poder de decisão das escolas sobre um determinado tópico, ao avaliar a subdimensão correspondente, as escolas devem considerar um baixo nível de Participação, mesmo que a escola não concorde com esse facto ou desejasse que essa situação fosse diferente. As escolas devem tomar notas desses fatores durante o exercício de autoavaliação e usá-los como base para definir ações a serem tomadas dentro dos seus Planos de Ação para a Participação.

3.3. NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Para efeitos deste processo de autoavaliação são considerados os seguintes 5 níveis de participação³:



³ Exceto no Nível 0 - Não Participação, os níveis de Participação e as suas explicações foram adaptados do “IAP2 Spectrum of Public Participation” da Associação Internacional para a Participação Pública (International Association for Public Participation).

PARA SABER UM POUCO MAIS!⁴



0 NÃO PARTICIPAÇÃO

O(s) ator(es) da comunidade escolar não participam porque não lhes é disponibilizada a informação ou os meios necessários para participar na vida cotidiana da escola, sendo-lhe(s) vedada também a possibilidade de compreenderem o funcionamento da escola (problemas, oportunidades, papéis, etc.). Este nível inclui situações de manipulação, decoração e tokenismo (Hart, 1999).

Podemos encontrar vários exemplos de NÃO Participação. Um exemplo muito comum de **manipulação** pode ser quando estudantes, docentes, famílias, são convidadas a pensar e desenhar um projeto para melhorar a escola, as suas ideias são reunidas mas estas pessoas acabam por nunca receber *feedback* sobre se as suas ideias foram transformadas em algum “desenho comunitário” ou num “plano de ação participativo”.

Quanto à **decoração** podemos referir, por exemplo, ações para comemorar datas internacionais onde o(s) ator(es) da escola são convidados a dançar, cantar, tirar fotografias e participar em diversas atividades, mas pouco percebem sobre os motivos destes eventos e não lhes é dada voz no processo de organização. O(s) ator(es) estão habituados a apoiar uma causa e nada mais.

Tokenismo é a prática ou política que se reveste de gestos ou esforços meramente simbólicos e nada empoderadores, tais como oferecer oportunidades a grupos minoritários, iguais às da maioria. Pode ser observado, por exemplo, quando os/as estudantes têm apenas um/a representante no Conselho Geral da Escola composto por 20 ou 30 pessoas adultas.

⁴ Exceto no Nível 0 – Não Participação, a informação em “Para saber um pouco mais!” resulta de um resumo dos conteúdos do Curso Online Aberto e Massivo (MOOC) “Engaging Citizens: A game changer for development?”, 2ª edição, organizado pelo Banco Mundial em 2015.



1 | INFORMAÇÃO

O(s) ator(es) da escola recebem informação de forma continuada, equilibrada e objetiva que lhes permite compreender os problemas, alternativas, oportunidades e/ou soluções.

A informação é um nível básico de Participação, mas essencial a qualquer outro nível e o primeiro passo para que a Participação possa acontecer e ser construída.

A informação é um processo bidirecional. Mesmo que a informação seja disponibilizada, não significa que as pessoas vão realmente aceder a ela, tornar-se suficientemente informadas e fazer algo com essa informação, dando um passo para se tornarem mais participativas.

Informar ou ser informado/a não resulta necessariamente em conhecimento adquirido ou em aumento da Participação. Porém, um processo de participação parte sempre e depende da informação disponível a todos os e as potenciais participantes. Por exemplo, num ambiente escolar: como podem os e as estudantes participar na escola se não conhecem a estrutura escolar e os respetivos regulamentos e políticas? O mesmo se aplica ao pessoal docente, pessoal não docente e encarregados/as de educação.

A informação é a chave para a Participação!



2 CONSULTA

O(s) ator(es) da escola recebem informação da escola e são consultados/as para comentar análises efetuadas, alternativas encontradas e/ou decisões tomadas.

A consulta é provavelmente a forma mais comum de Participação. Numa sociedade democrática somos regularmente consultados e consultadas sobre diversas questões políticas (eleições), sociais e económicas (inquéritos de satisfação, orçamentos participativos, etc.). A consulta é uma forma útil e fácil de envolver as pessoas, mas pode levar à diminuição da Participação se a informação não for suficiente. Por exemplo, numa escola: enquanto estudante ou encarregado/a de educação, aumentarei a minha Participação na escola ao responder a um inquérito? Recebi informação suficiente acerca dos aspetos em causa? Recebi informação suficiente sobre os resultados do inquérito?

Para além da necessidade de informação, os processos de consulta só aumentam a Participação se os e as inquiridas receberem algum *feedback* das entidades que promoveram a consulta. Será que me é possível observar alguma consequência da minha Participação num processo de consulta na escola? O mais provável é que se assim não for, não irei participar noutro processo de consulta. Portanto, um simples ato de consulta pode revelar-se desastroso se não houver informação nem capacidade de dar *feedback*. A consulta é, no entanto, uma forma simples de envolver pequenos ou grandes grupos de participantes e deverá sempre desempenhar um papel importante num processo participativo. Quando a metodologia aplicada é adequada e o acompanhamento é feito cuidadosamente, a consulta pode motivar e aumentar a Participação futura.



3 ENVOLVIMENTO

Decisor(es) e Decisora(s) trabalham diretamente com os vários ator(es) da escola ao longo do processo de tomada de decisão para garantir que as suas preocupações e aspirações são compreendidas e consideradas de forma consistente.

Acontece quando as pessoas que estão envolvidas, fazem parte, agem conjuntamente ou se exprimem em determinada atividade, decisão ou processo, sentindo-se parte dele. Assim, envolvimento significa Participação, que pode ser mais ou menos ativa, dependendo da situação. Na escola, os/as estudantes podem envolver-se na preparação de atividades de aprendizagem ou comemorações; os/as encarregados/as de educação podem envolver-se em atividades escolares (ler ou contar histórias, descrever as suas profissões aos/às estudantes, etc.); docentes e pessoal não docente podem envolver-se em projetos escolares.

Para analisar este nível de Participação devemos considerar alguns pontos: o primeiro é o nível de iniciativa dos e das participantes envolvidas (por exemplo, será que as mães, pais e encarregados/as de educação se envolveram em determinada atividade por sua própria iniciativa ou foram apenas convidados/as pelos/as docentes?); o segundo é a paridade do seu envolvimento (por exemplo, as/os estudantes estiveram envolvidos na preparação de uma peça de teatro da escola, mas será que estiveram envolvidos em todas as fases do processo ou apenas nas que os e as docentes reservaram para a sua Participação?); finalmente, e o mais importante – a tomada de decisão. Será que o envolvimento na tomada de decisão está ao alcance de todas e todos os que participam num determinado evento? Como por exemplo, será que as e os estudantes são envolvidos na tomada de decisão do plano anual de atividades? Será que as mães, pais e encarregados/as de educação estão envolvidos na resolução de problemas disciplinares? Será que o pessoal docente e pessoal não docente são envolvidos na definição dos regulamentos da escola?

O envolvimento é sempre uma forma de Participação que aumenta o sentido de pertença e constrói ligações de grupo e identidade organizacional/comunitária. Dependendo do nível de iniciativa, da paridade existente e do acesso à tomada de decisão dos/as participantes, pode ser mais ou menos gratificante, promovendo e aumentando a Participação individual.



4 COLABORAÇÃO E EMPODERAMENTO

Decisora(s) e decisor(es) fazem parceria com o(s) ator(es) da escola em cada aspecto da tomada de decisão, incluindo o desenvolvimento de alternativas e a identificação da solução preferida, ou a tomada de decisão final é colocada diretamente nas mãos do(s) ator(es) da escola.

Colaborar é co-elaborar, ou seja, colaborar significa que várias pessoas participam na elaboração/construção/organização/implementação/avaliação de algo. A Participação deve ser entendida sempre como resultado de ações colaborativas entre participantes. Efetivamente, a Participação é essencialmente um processo colaborativo. Neste processo, cada participante coloca esforço, criatividade, responsabilidade ou qualquer outro recurso pessoal num “fazer comum”. Assim, a colaboração é uma forma de Participação bastante elaborada, uma vez que implica não apenas iniciativa, paridade e tomada de decisão, mas também discutir, resolver e partilhar responsabilidades e benefícios. Num ambiente escolar, será que o pessoal docente colabora, por exemplo, para aumentar o bem-estar dos e das estudantes? Na sala de aula, será que os e as estudantes colaboram, por exemplo, para incluir um/a recém-chegado/a à turma ou para resolver um problema? Será que conseguimos identificar um exemplo de colaboração entre docentes e estudantes, docentes e pessoal não docente ou docentes e encarregados/as de educação?

A Participação é sempre uma forma de empoderamento. Em todas as formas de Participação, informação, consulta, envolvimento ou colaboração, as pessoas e organizações ganham mais poder. Ou seja, poder sobre si próprio/a, sobre o seu ambiente social, as suas vidas e o seu desenvolvimento. Porém, apenas quando se reconhece a própria Participação como forma de empoderamento pessoal e social é que esta se torna uma forma natural de ser. As pessoas que tomam consciência do seu empoderamento através de ações participativas tendem a procurar novas formas de Participação. É por isso que cidadãos e cidadãs comprometidos com um determinado processo se tornam mais ativos e que o desenvolvimento sustentável de organizações ou comunidades depende, em grande parte, do aumento da Participação das pessoas.

4. A ESCALA

A. APRENDIZAGEM

Esta dimensão compreende todas as decisões que dizem respeito aos processos de aprendizagem individuais e de grupo, que têm lugar na escola, dentro e fora da sala de aula, incluindo atividades do currículo formal⁵, atividades co-curriculares e extracurriculares⁶ que acontecem ao nível escolar e de turma.

B. GOVERNANÇA

Esta dimensão compreende todos os processos de tomada de decisão não relacionados com a aprendizagem e respetiva implementação e avaliação, que ocorrem em sala de aula, nos departamentos e na escola.

C. SENTIDO DE PERTENÇA À COMUNIDADE

Esta dimensão compreende a rede de relações que liga a escola a outros atores sociais, tais como, outras escolas, grupos, famílias, empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais.

D. INCLUSÃO

Esta dimensão compreende o direito que todos os atores têm de participar sem discriminação, independentemente da sua origem, cor, género, religião ou crença, língua, opiniões políticas, origem social, propriedade, estatuto.

5. "Currículo Formal diz respeito aos conhecimentos e competências que se espera que venham a ser desenvolvidos pelos/as estudantes, o que inclui as metas e objetivos de aprendizagem definidos; as disciplinas e aulas que os/as docentes lecionam; os trabalhos e projetos que os/as estudantes devem realizar; os livros, materiais, vídeos, apresentações e leituras que se usam no decorrer de um curso/de uma disciplina; os testes e outros métodos usados para avaliar as aprendizagens dos/as estudantes" (em "The Glossary of Education Reform", disponível em: <http://edglossary.org/curriculum/>).

6. "De um modo geral, atividades co-curriculares são uma extensão das experiências de aprendizagem formais que acontecem no âmbito de um curso ou programa académico, enquanto que atividades extracurriculares podem ser oferecidas ou coordenadas por uma escola, mas podem não estar explicitamente ligadas às aprendizagens de âmbito académico, não sendo avaliadas. No entanto, na prática, esta distinção é difícil de fazer, e os termos são usados frequentemente de forma indiscriminada. Atletismo, por exemplo, é considerada uma atividade extracurricular, enquanto uma feira de ciência seria mais provavelmente considerada uma atividade co-curricular, uma vez que os/as estudantes estão a aprender ciência, a escola poderá requerer a participação obrigatória, os/as estudantes podem receber uma nota pelos seus trabalhos, ou a feira poderá ser coordenada por um professor de ciências. Ainda assim, em algumas escolas, o atletismo poderá ser considerado uma atividade "co-curricular" enquanto noutras escolas uma feira de ciência pode ser rotulada como "extracurricular" (em "The Glossary of Education Reform", disponível em: <http://edglossary.org/co-curricular/>).

A. APRENDIZAGEM

Esta dimensão compreende todas as decisões que dizem respeito aos processos de aprendizagem individuais e de grupo, que têm lugar na escola, dentro e fora da sala de aula, incluindo atividades do currículo formal, atividades co-curriculares e extracurriculares que acontecem ao nível escolar e de turma.

A.1. DESENVOLVIMENTO/DESENHO CURRICULAR Desenvolvimento/ desenho dos vários elementos que compõem o currículo formal, nomeadamente conteúdos e objetivos, seja ao nível da turma ou da escola.

A.2. IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO Implementação dos elementos que compõem o currículo formal, incluindo as metodologias e atividades de aprendizagem individual ou em grupo utilizadas.

A.3. AVALIAÇÃO CURRICULAR Atividades realizadas e elementos utilizados para avaliar os resultados alcançados no âmbito do currículo formal, tais como *feedback*, sugestões de melhoria, notas, pontuação, etc.

A.4. APRENDIZAGEM CO-CURRICULAR E EXTRA-CURRICULAR Definição e implementação de conteúdos, atividades e objetivos de aprendizagem co-curriculares e extracurriculares (ver definição de atividades co e extra-curriculares na página 2). As atividades co-curriculares e extracurriculares podem incluir: viagens, aulas ou cursos adicionais, projetos escolares, integração de estudantes, aprendizagem social, festas e celebrações.

Nota: Em alguns contextos o desenvolvimento curricular e a implementação do currículo são de tal modo interdependentes que não faz sentido falar separadamente destas duas subdimensões. Se for o caso que se aplica à sua realidade, faça a avaliação da escola apenas para a dimensão "A.1 - Desenvolvimento curricular", multiplicando os respetivos pontos por dois.

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO



0 Não participam



1 São informados/as








2 São consultados/as








3 São envolvidos/as



4 Colaboram e co-decidem
(sozinhos/as ou em conjunto)








		0	1	2	3	4	PORQUE ESCOLHEU ESTES NÍVEIS?
							
ESTUDANTES	A1						
	A2						
	A3						
	A4						
TOTAL <input type="radio"/>							
PESSOAL DOCENTE	A1						
	A2						
	A3						
	A4						
TOTAL <input type="radio"/>							
MÃES, PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	A1						
	A2						
	A3						
	A4						
TOTAL <input type="radio"/>							
PESSOAL NÃO DOCENTE	A1						
	A2						
	A3						
	A4						
TOTAL <input type="radio"/>							

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO







- 0  Não participam
- 1  São informados/as
- 2  São consultados/as
- 3  São envolvidos/as
- 4  Colaboram e co-decidem

ALGUNS EXEMPLOS DE AÇÕES E INICIATIVAS PARA CADA NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO









A.1. | DESENVOLVIMENTO/DESENHO CURRICULAR

- 1  Os/As docentes criam momentos, na aula, para introduzirem os e as estudantes e/ou respetivos encarregados/as de educação aos principais conteúdos e objetivos do currículo;
- 2  Os/As docentes podem enviar os seus comentários e sugestões sobre o currículo para o Ministério e propor partes substanciais para cada disciplina;
- 2  Os/As docentes avaliam, relativamente a estudantes, famílias e auxiliares de educação, a motivação, interesses, receios e/ou possíveis contribuições para o desenvolvimento do currículo;
- 3  Os/As estudantes preparam e apresentam partes teóricas das aulas;
- 4  Os/As docentes propõem projetos-piloto ao Departamento Regional do Ministério da Educação a fim de experimentarem conteúdos inovadores nas suas unidades curriculares;
- 4  Planos de aprendizagem desenvolvidos por docentes e estudantes em conjunto de forma colaborativa;
- 4  Processos de tutoria que envolvem docentes e estudantes para apoiar o desenvolvimento pessoal e orientação para atingir objetivos de aprendizagem.









A.2. | IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO

- 1  Os/As docentes criam momentos para dar a conhecer os conteúdos das suas aulas aos/as estudantes e/ou aos/as encarregados/as de educação e informá-los/as acerca da implementação dos elementos formais do currículo, incluindo a definição da metodologia e das atividades;
- 2  Os/As estudantes e/ou respetivos/as encarregados/as de educação podem discutir e propor metodologias aos/as docentes;
- 3  Os/As docentes consideram as preferências de aprendizagem dos/as estudantes (individualmente ou em grupo) na implementação do currículo;
- 4  Os/As estudantes definem, organizam e conduzem aulas escolhendo as metodologias;
- 4  Os/As estudantes decidem como pesquisar e estudar abordar certos temas;
- 4  Os/As docentes são responsáveis por preparar um plano detalhado para implementação do currículo, inclusive os métodos usados, objetivos de aprendizagem, etc.

A.3. | AVALIAÇÃO CURRICULAR

- 1  A escola cria momentos para clarificar os critérios e padrões de avaliação no início e/ou ao longo do ano;
- 1  Os/As encarregados/as de educação são informados/as do sistema de avaliação em vigor na escola e este também está disponível no site da escola;
- 2  Os/As docentes criam momentos de troca de impressões relativamente aos resultados e processos de aprendizagem dos/as estudantes, tentando estabelecer laços mais próximos e compreender traços pessoais e familiares que possam influenciar os resultados e o processo de aprendizagem de cada estudante;
- 2  Os/As docentes criam momentos onde cada estudante pode refletir sobre as suas preferências, estilos e necessidades de aprendizagem e, com base nisso, recolhem feedback para melhorar o seu desempenho;
- 2,3,4    Círculos de avaliação entre pares (podem ser considerados como níveis de participação 2, 3 e 4, dependendo do objetivo e dos poderes destes círculos). Por exemplo, será nível 2, se se pretende somente a partilha de informação/impressões entre pares, e nível 4 se os círculos decidirem a avaliação;
- 4  Autoavaliação contínua e entre pares, através de várias ferramentas (planos de aprendizagem, reuniões com docentes e pares, questionários de autoavaliação, etc.), constituindo-se como elementos determinantes para as avaliações finais de cada estudante.

A.4. | APRENDIZAGEM CO-CURRICULAR E EXTRACURRICULAR

- 1  Os/As estudantes, encarregados/as de educação, pessoal não docente são informados/as regularmente através de diferentes canais (circulares, boletins internos de informação, página de facebook, newsletters, etc.) sobre as atividades extracurriculares existentes na escola, bem como respetivos horários, conteúdos e objetivos;
- 1  Os/As estudantes são informados/as sobre o tipo de atividades co-curriculares que serão implementadas no ano letivo seguinte;
- 2  Uma avaliação das necessidades é feita anualmente para recolher os interesses, motivações e intenções de cada estudante e encarregados/as de educação em relação aos conteúdos curriculares e extracurriculares;
- 2  Os/As encarregados/as de educação são consultados/as sobre que atividades co e extracurriculares acham relevantes para a escola dos seus filhos e filhas por meio de uma reunião anual promovida pela direção da escola;
- 3  Os/As encarregados/as de educação são convidados/as a participar ativamente em festas e celebrações organizadas na escola;
- 4  A Associação de Pais e Encarregados de Educação promove atividades escolares extracurriculares;
- 4  O pessoal docente e não docente desenvolve em conjunto atividades extracurriculares, como workshops, narração de histórias, teatro, culinária, jardinagem, etc, para partilharem os seus conhecimentos e experiências com os/as estudantes;
- 4  Os/As encarregados/as de educação organizam formações para os/as estudantes com diferentes temáticas.

B. GOVERNANÇA

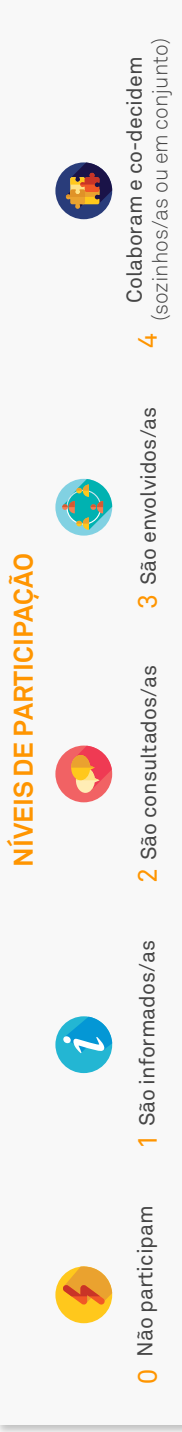
Esta dimensão compreende todos os processos de tomada de decisão não relacionados com a aprendizagem e respetiva implementação e avaliação, que ocorrem em sala de aula, nos departamentos e na escola.

B.1. GESTÃO DA SALA DE AULA Assuntos relevantes em sala de aula (não relacionados com o desenvolvimento e implementação e avaliação curricular) como por exemplo procedimentos e práticas, resolução de conflitos, organização do espaço, entre outros.

B.2. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA ESCOLA O principal quadro regulador da escola, incluindo regulamentos internos e procedimentos, metas e políticas, prioridades, planos de atividades e plano orçamental.






B.3. GESTÃO ESCOLAR Implementação do plano estratégico, incluindo a tomada de decisões sobre questões relativas a despesas, recursos humanos, outros recursos, horários das aulas, abertura/fecho de cursos, medidas disciplinares, resolução de conflitos, entre outros.

B.4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO Supervisão do desempenho da gestão e da organização para assegurar que a escola está a trabalhar em prol do interesse público e da comunidade escolar, que está a alcançar os resultados pretendidos e desejáveis e que a organização atua de forma prudente, legal e com ética.









		0	1	2	3	4	PORQUE ESCOLHEU ESTES NÍVEIS?
ESTUDANTES	B1						
	B2						
	B3						
	B4						
	TOTAL <input type="radio"/>						
PESSOAL DOCENTE	B1						
	B2						
	B3						
	B4						
	TOTAL <input type="radio"/>						
MÃES, PAIS E ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO	B1						
	B2						
	B3						
	B4						
	TOTAL <input type="radio"/>						
PESSOAL NÃO DOCENTE	B1						
	B2						
	B3						
	B4						
	TOTAL <input type="radio"/>						

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO





- 0  Não participam
- 1  São informados/as
- 2  São consultados/as
- 3  São envolvidos/as
- 4  Colaboram e co-decidem

ALGUNS EXEMPLOS DE AÇÕES E INICIATIVAS PARA CADA NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO



B.1. | GESTÃO DA SALA DE AULA

- 1  Sessões informativas promovidas por docentes e representantes das escolas sobre as regras da turma;
- 2  Os/As docentes dedicam tempo de aula a perguntar e debater com os/as estudantes as regras e questões que todos consideram importantes para a gestão da turma;
- 2  Conselhos de turma onde os/as estudantes podem propor soluções para a resolução de conflitos existentes e que afetam a comunidade escolar;
- 3,4  Os/As docentes criam oportunidades para que a turma reflita sobre as regras que considera mais importantes e é-lhes pedido que estabeleçam as regras conjuntamente, revendo-as quando necessário ao longo do ano;
- 3  As turmas têm um/a docente (por exemplo, o/a diretor/a de turma) que promove a participação dos/as estudantes em todos os processos de tomada de decisões sobre a turma e, quando necessário, apresenta essas decisões ou propostas a outros órgãos da escola relevantes.
- 4  Estudantes e docentes criam, em conjunto, mecanismos e instrumentos para a resolução de conflitos de forma colaborativa;






B.2. | PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA ESCOLA

- 1  São fornecidas, aos vários atores da comunidade escolar, informações sobre documentos estratégicos e de planeamento da escola via web, e-mail, redes ou documentos físicos;
- 2  Os/As estudantes podem participar em processos de consulta sobre os documentos estratégicos mais relevantes, como por exemplo, os regulamentos, objetivos e metas do sistema de avaliação da escola;
- 2  Os processos de consulta relativos a documentos estratégicos de políticas escolares e planeamento são realizados usando vários canais (online, e-mail, redes, reuniões e questionários);
- 4  Os documentos estratégicos e de planeamento da escola são elaborados de forma colaborativa pelos membros de um órgão onde todos os elementos da comunidade escolar têm assento e direito a um voto ou onde todos os atores são representados de forma proporcional.

B.3. | GESTÃO ESCOLAR

- 1  Os diferentes atores escolares são informados regularmente sobre a situação financeira e o grau de execução do plano de atividades da escola;
- 2  Os/As estudantes e encarregados/as de educação são consultados anualmente sobre os seus horários, abertura/encerramento das ofertas de cursos, medidas disciplinares, preferências e necessidades de resolução de conflitos;
- 3  Os/As estudantes e os/as professores/as são convidados pelo órgão responsável pela gestão da escola para colaborar na gestão de conflitos emergentes.

B.4. | MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- 1  Os relatórios de autoavaliação da escola são publicados na sua página na internet e/ou são disponibilizadas através de cópias impressas na escola;
- 2  Os vários atores são consultados diretamente ou por intermédio dos/as respetivos representantes (Associação de Estudantes, Coordenadores/as de docentes, Associação de Pais e Encarregados de Educação) quando os processos de avaliação externa ou interna se realizam através de inquéritos, entrevistas, grupos focais, etc;
- 2  Os vários atores são consultados sobre as áreas a considerar quando da autoavaliação da escola;
- 3  Os/As estudantes participam na avaliação regular do funcionamento da escola, fazendo por exemplo parte da equipa da recolha e tratamento de dados ou ajudando a produzir o relatório de avaliação;
- 4  Todos os atores participam no trabalho de conceção e implementação da autoavaliação e monitorização.

C. SENTIDO DE PERTENÇA À COMUNIDADE

Esta dimensão compreende a rede de relações que liga a escola a outros atores sociais, tais como, outras escolas, grupos, famílias, empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil locais, nacionais e internacionais.

C.1. RELAÇÕES COM A COMUNIDADE ENVOLVENTE Atividades, iniciativas, projetos e programas onde participam várias escolas, grupos comunitários, famílias, organizações da sociedade civil, empresas e entidades públicas da zona envolvente da escola, que promovem a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, a integração e a Participação. Estas atividades podem ser desenvolvidas pela escola na comunidade ou pelos membros da comunidade na escola ou para a escola e podem incluir: voluntariado local, estágios curriculares, parcerias entre as escolas e empresas locais, atividades curriculares que visem a ligar os estudantes a diferentes experiências e às necessidades da comunidade, aprendizagem intergeracional e conceção de soluções para problemas da comunidade.

C.2. RELAÇÕES COM A COMUNIDADE INTERNACIONAL E GLOBAL Projetos transnacionais da escola, projetos e programas que desenvolvam a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, participação e integração no mundo global. Estas ações são promovidas pelas escolas ou por entidades públicas ou privadas que sejam parceiros ou tenham alguma relação com a escola. Podem incluir as seguintes atividades: intercâmbios internacionais de estudantes, visitas de estudo a outros países, cursos de língua fora do país, oportunidades de mobilidade promovidas por organizações da sociedade civil, voluntariado e experiências de trabalho internacional.

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO



0 Não participam



1 São informados/as








2 São consultados/as








3 São envolvidos/as



4 Colaboram e co-decidem
(sozinhos/as ou em conjunto)







		 0  1  2  3  4				PORQUE ESCOLHEU ESTES NÍVEIS?	
ESTUDANTES	C1						
	C2						
TOTAL <input type="text"/>							
PESSOAL DOCENTE	C1						
	C2						
TOTAL <input type="text"/>							
MÃES, PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	C1						
	C2						
TOTAL <input type="text"/>							
PESSOAL NÃO DOCENTE	C1						
	C2						
TOTAL <input type="text"/>							

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

- 0  Não participam
- 1  São informados/as
- 2  São consultados/as
- 3  São envolvidos/as
- 4  Colaboram e co-decidem

ALGUNS EXEMPLOS DE AÇÕES E INICIATIVAS PARA CADA NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO

C.1. | RELAÇÕES COM A COMUNIDADE ENVOLVENTE

- 1  Os vários atores recebem informações através de vários canais (boletins digitais, circulares, e-mail, página de facebook da escola, etc.) sobre as atividades realizadas pela escola em conjunto com organizações locais da sociedade civil;
- 2  A escola realiza um levantamento anual para recolher ideias de diferentes atores sobre atividades que podem ser desenvolvidas com organizações da sociedade civil, empresas ou instituições públicas;
- 3  Os/As docentes envolvem os/as estudantes na organização de eventos para a comunidade, proporcionando espaço para as suas opiniões pessoais;
- 3  As organizações da sociedade civil convidam estudantes a darem contributos para a organização geral de eventos e para participarem em atividades para a comunidade, desenvolvidas em conjunto com a escola;
- 4  Os/As docentes decidem, conjuntamente com os/as estudantes, projetos a realizar na sua comunidade;
- 4  Organizações da sociedade civil e estudantes organizam um intercâmbio nacional de jovens, uma formação escolar ou outras atividades na escola.

C.2. | RELAÇÕES COM A COMUNIDADE INTERNACIONAL E GLOBAL

- 1 📌 Os vários atores recebem informações através de vários canais (boletins digitais, circulares, e-mail, página de facebook da escola, etc.) sobre as atividades internacionais promovidas pela escola ou por entidades públicas ou privadas parceiras;
- 2 🌍 Os atores participam em grupos de trabalho para contribuir com ideias sobre em que atividades internacionais gostariam de participar;
- 3 🌐 Em parceria com as escolas, as organizações de juventude abrem chamadas para estudantes poderem participar ativamente em projetos de cariz internacional (campos de trabalho de verão, intercâmbios juvenis, entre outros);
- 4 🌐 Os/As estudantes organizam, na escola, em conjunto com a sociedade civil atividades internacionais tais como um intercâmbio de jovens, uma formação internacional, entre outros.

D. INCLUSÃO

Esta dimensão compreende o direito que todos os atores têm de participar sem discriminação - independentemente da sua origem, cor, género, religião ou crença, língua, opiniões políticas, origem social, propriedade, estatuto, etc. Implica a valorização de todos e todas, garantindo igualdade de oportunidades e de acesso, eliminando obstáculos aos vários níveis de Participação (informação, consulta, envolvimento, colaboração e empoderamento).

Esta é uma dimensão transversal que tem como objetivo avaliar a existência de mecanismos apropriados para promover a inclusão de pessoas e grupos em situações de exclusão (entre os estudantes, docentes, pais, mães e encarregados/as de educação e pessoal não docente), garantindo a sua Participação nas várias dimensões desta Escala:

A - Aprendizagem;

B - Governança;

C - Sentido de pertença à comunidade.

NOTA: Antes de iniciar a avaliação desta dimensão, é importante refletir e identificar, no que respeita a cada ator escolar que pessoas e grupos podem estar em situação de exclusão.

NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

Nesta dimensão não usamos níveis de participação de 0 a 4, mas antes a seguinte pontuação:

- 1 ponto se não existem quaisquer mecanismos para promover a inclusão;
- 2 pontos se há poucos mecanismos para promover a inclusão e precisamos trabalhar neste ponto;
- 3 pontos se existem alguns mecanismos para promover a inclusão mas é necessário aprofundá-los e/ou aplicar outros;
- 4 pontos se existem muitos mecanismos para promover a inclusão e se estes estão a ter repercussões positivas.

		PORQUE ESCOLHEU ESTES NÍVEIS?			
		1	2	3	4
ESTUDANTES	A				
	B				
	C				
	TOTAL <input type="radio"/>				
PESSOAL DOCENTE	A				
	B				
	C				
	TOTAL <input type="radio"/>				
MÃES, PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	A				
	B				
	C				
	TOTAL <input type="radio"/>				
PESSOAL NÃO DOCENTE	A				
	B				
	C				
	TOTAL <input type="radio"/>				

ALGUNS EXEMPLOS DE MECANISMOS PARA PROMOVER A INCLUSÃO

DIMENSÃO A | APRENDIZAGEM

- O currículo é desenvolvido tendo em consideração os diferentes contextos sociais, económicos e culturais dos/as estudantes e dos outros atores da comunidade escolar;
- O currículo inclui disciplinas e atividades que trabalhem as questões dos Direitos Humanos, Cidadania e Participação Democrática;
- Os livros necessários para as várias disciplinas estão acessíveis em braille ou em síntese vocal quando necessário;
- Todos os espaços da escola são acessíveis para cadeira de rodas;
- Existe apoio para estudantes com necessidades económicas comprarem livros e todo o material necessário;
- Todos/as os/as estudantes têm acesso a apoio educativo adequado às respetivas necessidades;
- As atividades co e extracurriculares são planeadas e implementadas não esquecendo possíveis necessidades específicas existentes (cognitivas, físicas, estudantes provenientes de zonas isoladas geograficamente, entre outras);
- As aulas são planeadas e implementadas usando linguagem inclusiva (linguagem promotora da igualdade de género, por exemplo), bem como metodologias e métodos de facilitação adequados às necessidades específicas existentes;
- As escolas promovem atividades de aprendizagem experiencial e de aprender fazendo, permitindo que os vários atores da comunidade escolar possam aprofundar o seu conhecimento sobre necessidades e modos de vida diferentes, promovendo as relações e a aprendizagem intercultural;
- Os diferentes atores da comunidade escolar, nomeadamente as minorias culturais e religiosas, têm espaço, quer dentro da sala de aula quer nas atividades co e extracurriculares, para se expressar e partilhar a sua cultura, religião e crenças;
- As escolas garantem que estudantes estrangeiros/as têm acesso a aulas de português para estrangeiros;
- Mães, pais, encarregados/as de educação e estudantes que não se possam expressar na língua oficial da escola que frequentam são livres de se expressarem sobre o seu processo de aprendizagem e integração na sua língua materna, e as escolas estão preparadas para dar uma resposta a estas necessidades;
- As escolas têm uma equipa multidisciplinar que apoia as famílias no tratamento de necessidades específicas ao nível da aprendizagem, dificuldades emocionais e sociais ou, quando necessário, encaminha-as para outros serviços ou organismos competentes.

DIMENSÃO B | GOVERNANÇA

- A escola assegura que as estruturas de representação existentes estão preparadas para acomodar necessidades específicas das pessoas, promovendo a igualdade no acesso aos organismos e processos de tomada de decisão;
- Os grupos minoritários são livres de se organizarem de maneira formal ou informal, fazendo com que as suas vozes sejam ouvidas nas várias estruturas da escola;
- As escolas criam condições para que docentes e pessoal não docente com contratos de trabalho temporários possam ser integrados nas várias atividades de governança da escola;
- As atividades relacionadas diretamente com a governança da escola são planeadas e implementadas usando linguagem inclusiva (linguagem promotora da igualdade de género, por exemplo), bem como metodologias e métodos de facilitação adequados a necessidades específicas existentes;
- Os documentos estratégicos da escola e os seus regulamentos são desenvolvidos tendo em conta os diferentes contextos sociais, económicos e culturais dos/as estudantes e dos outros atores da comunidade escolar.

DIMENSÃO C | SENTIDO DE PERTENÇA À COMUNIDADE

- Existe apoio para estudantes com necessidades económicas participarem nas diferentes atividades que dizem respeito a esta dimensão;
- As oportunidades para participar em atividades promovidas em parceria entre a escola, as organizações da sociedade civil, autoridades e outros atores da comunidade respeitam o princípio da igualdade de oportunidades;
- As atividades desenvolvidas em parceria entre a escola, as organizações da sociedade civil, autoridades e outros atores da comunidade (local, nacional, europeia ou global) abordam temas e questões relacionadas com a Inclusão e sensibilizam para problemas como a discriminação, violência, *bullying* e outros problemas sociais, através da Educação para os Direitos Humanos;
- A escola assegura que as atividades com e na comunidade acomodam as necessidades específicas de todos/as os/as participantes;
- A escola apoia os grupos minoritários a participar e a organizar atividades com e para a comunidade.

5. COMO LER OS RESULTADOS

Após preencher as 4 grelhas de autoavaliação apresentadas no capítulo anterior, neste capítulo irá calcular e **descobrir o nível geral de Participação da escola**.

Copie os valores registados nos totais obtidos por cada ator em cada uma das 4 grelhas de autoavaliação, para a grelha que se apresenta em seguida, e efetue as somas necessárias para obter os resultados totais por ator, por dimensão e, finalmente, o resultado total da escola. Os resultados apresentados permitem, assim, **compreender o peso de cada um dos atores e de cada dimensão no nível de participação global da escola**. Pelas razões explicitadas na secção 3.1., caso, ao longo da autoavaliação tenha sido selecionada a opção "Sem Info", a pontuação atribuída à respetiva sub-dimensão/ator é idêntica à do nível "Não Participação", valendo por isso 0 pontos.

	ESTUDANTES	DOCENTES	MÃES, PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	PESSOAL NÃO DOCENTE	TOTAL
DIMENSÃO A APRENDIZAGEM					
DIMENSÃO B GOVERNANÇA					
DIMENSÃO C SENTIDO DE PERTENÇA À COMUNIDADE					
DIMENSÃO D INCLUSÃO					
TOTAL					

É importante lembrar que esta Escala não é apenas uma ferramenta, mas acima de tudo um processo que convida as escolas a tornarem-se mais participativas. Os resultados devem ser usados como fonte de inspiração, ação e transformação e para autoavaliar as escolas, e não os respetivos atores nem os seus comportamentos.

Poderá agora descobrir o nível geral de participação da sua escola, bastando para tal enquadrar o resultado total da escola dentro de um dos seguintes intervalos de valores:



0-54
ASPIRANTE À
PARTICIPAÇÃO



55-108
APRENDIZ DA
PARTICIPAÇÃO



109-162
MESTRE NA
PARTICIPAÇÃO



163-216
ÁS DA
PARTICIPAÇÃO



0-54 ASPIRANTE À PARTICIPAÇÃO

A escola necessita de trabalhar arduamente na promoção da Participação e da inclusão de todos os atores da comunidade escolar nas várias dimensões de tomadas de decisão. Reflitam e pesquisem sobre os impactos social e político do não envolvimento dos diferentes atores nas tomadas de decisão e comecem a dar pequenos passos no sentido de tornar a escola e as aprendizagens mais democráticas. Podem começar por identificar estruturas e mecanismos que permitem a participação dos vários atores e de compreender como estes funcionam. Não se esqueçam de envolver todos os atores da comunidade escolar nesse mapeamento. Passo a passo, e através de diferentes processos de informação e consulta, poderão alcançar os primeiros níveis de participação (informação e consulta). Porque não incluir, no Plano de Atividades, no início de cada ano, algumas ações que possam contribuir para tal?



55-108 APRENDIZ DA PARTICIPAÇÃO

A escola já deu alguns passos no sentido de envolver alguns dos atores da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, havendo ainda muitos outros a implementar. Neste momento as pessoas que facilitam este processo já se deram conta da complexidade e dificuldades sentidas em envolver estudantes, docentes, pessoal não docente e mães, pais e encarregados/as de educação nestes processos. Apesar destas dificuldades, começam a perceber como este processo pode ser promotor de uma maior Participação das famílias e da comunidade na vida e nas decisões da escola. Neste sentido, não se esqueçam de envolver todos os atores escolares, para, passo a passo, aumentar a qualidade dos processos de informação e consulta, alargando a sua abrangência em número de atores envolvidos e/ou em número de ações desenvolvidas, começando a trabalhar para promover os níveis 3 e 4 de Participação (envolvimento e colaboração/empoderamento). Porque não a criar um grupo de trabalho que dê início ao reforço e sistematização destas práticas?



109-162 MESTRE NA PARTICIPAÇÃO

A escola tem vindo a definir ações e a promover algumas alterações nos processos de tomada de decisão de modo a envolver a maior parte dos atores da comunidade escolar, de forma inclusiva, nas decisões que respeitam à aprendizagem, à governança e à relação com a comunidade envolvente. É tempo de começar a partilhar com outras escolas práticas, aprendizagens e reflexões acerca do impacto deste trabalho e de começar a fazer um levantamento de práticas, instrumentos e mecanismos que possam contribuir para reforçar a qualidade e, possivelmente, a frequência da intervenção no sentido de tornar a escola ainda mais participativa. Alguma vez pensaram em desenvolver um Plano Estratégico ou de Ação para promover a participação e práticas democráticas, tendo em vista a consolidação de uma cultura democrática na escola?



163-216 ÁS DA PARTICIPAÇÃO

A escola tem vindo a dar passos sólidos e contínuos no sentido de estabelecer um ambiente de aprendizagem democrático e inclusivo, através do envolvimento de todos os atores da comunidade escolar na maioria das decisões relacionadas com a aprendizagem, governança e relacionamento com a comunidade envolvente. A Participação tornou-se um “*modus operandi*” da escola e funciona agora de forma orgânica. É importante a escola certificar-se de que as suas práticas são disseminadas e têm visibilidade. A escola tem *know how* para contribuir para inspirar outras escolas, não apenas através da partilha das suas práticas e aprendizagens mas também contribuindo com programas para o desenvolvimento de competências para estudantes, docentes, mães, pais e encarregados/as de educação, direções, pessoal não docente, etc., podendo conduzir outras escolas a procurarem desafios idênticos. Alguma vez pensaram em desenvolver um processo de avaliação com enfoque específico nestas práticas relacionadas com a Participação e a Democracia tendo em vista uma perspetiva aprofundada do seu impacto nas famílias, na aprendizagem e no envolvimento social e político dos estudantes? Caso decidam por uma avaliação desta natureza, certifiquem-se de que os resultados conduzem à introdução de melhorias e inovações no vosso trabalho.

NOTA SOBRE COMO CALCULAR OS RESULTADOS NOS CASOS EM QUE SE USOU A OPÇÃO "NÃO APLICÁVEL":

Tal como explicado na página 11, quando se considere que a Participação de mães, pais e encarregados/as de educação ou de pessoal não-docente **não é aplicável para a avaliação de uma determinada dimensão ou sub-dimensão** (Não Aplicável - N/A), inutilizando-se a parte correspondente da grelha, **a maior pontuação total possível que corresponderia a essa parte da avaliação deverá ser descontada dos resultados finais**. Assim, se por exemplo a escola tiver decidido que a Participação do pessoal não docente não é relevante para efeitos da avaliação da sub-dimensão A4., deve descontar 4 pontos aos intervalos de valores acima apresentados, passando estes a 0-50 (Aspirante), 51-104 (Aprendiz), 105-158 (Mestre), 159-212 (Ás). Se por outro lado, a escola considerar que a Participação de mães, pais e encarregados/as de educação não é relevante para avaliar toda a dimensão B, deve descontar 16 pontos (correspondentes à maior pontuação total que é possível atribuir aos atores mães, pais e encarregados/as de educação na dimensão B) aos intervalos de valores acima apresentados, passando estes a 0-38, 39-92, 93-146 e 147-200.

6. QUESTÕES PARA REFLEXÃO

As perguntas seguintes podem ser usadas pelas escolas para aprofundar a reflexão sobre a Participação na escola:

- Qual é o entendimento que a sua escola tem sobre Participação?
- Como é que a Participação se encontra espelhada nos documentos estratégicos? E nos regulamentos internos? De que modo é que isso influencia a maneira como perspectiva e vive a Participação na escola?
- Qual a conexão que encontra entre o modo como entende a Participação e os projetos que desenvolve?
- Quando na sua escola se pensa a Participação, pensa-se de forma inclusiva? Como se pode aprofundar esta dimensão?
- Na sua opinião, qual a perceção que a comunidade tem relativamente à forma como a escola compreende e vive a Participação? De que modo é que isso influencia a dinâmica da comunidade e a Participação da comunidade na sua escola?
- O que poderá estar na origem de uma menor Participação de determinado ator na escola? Que medidas podem ser tomadas pela escola para promover a sua Participação?

7. O PROJETO REDE DE ESCOLAS DE CIDADANIA DEMOCRÁTICA

A Escala de Referência para Escolas de Cidadania Participativa é um produto intelectual que resulta do percurso de dois anos do **Projeto Rede de Escolas de Cidadania Democrática** que visa promover a participação plena dos/as jovens, através de atividades de pesquisa, partilha de boas práticas e experimentação de diferentes abordagens no que respeita à Participação na escola, dando assim os primeiros passos com vista à criação de uma Rede Europeia de Escolas para a Cidadania Democrática.

O projeto **Rede de Escolas de Cidadania Democrática** é financiado pela União Europeia no âmbito do Programa Erasmus + e é o resultado de uma parceria entre 3 escolas e 3 organizações da sociedade civil da Polónia, Portugal e Eslovénia. O seu grupo alvo é a comunidade escolar, especialmente estudantes, mas também docentes, pessoal não docente, mães, pais e encarregados de educação. A comunidade envolvente, compreendendo organizações da sociedade civil, organizações de juventude, municípios, universidades, cidadãos e cidadãs e outros, também está envolvida, apoiando o projeto, dando sugestões e *feedback* e envolvendo-se no planeamento e implementação das atividades locais.

Com vista a **encorajar a cidadania ativa nos/as jovens**, desenvolvendo o seu sentido de pertença às comunidades escolar, local, nacional, europeia e global e a promover a sua **Participação nas decisões que afetam as suas vidas, entre setembro de 2015 e agosto de 2017 as equipas parceiras envolvidas no projeto têm vindo a desenvolver um conjunto de ações com vista a:**

- Compreender, comparar, recolher e organizar informação relativamente à Participação na escola em cada país do projeto;
- Pesquisar e investigar vários modelos de cidadania participativa e democrática em escolas;
- Criar esta Escala de Referência para *“Escolas de Cidadania Participativa”*;
- Aprovar Planos Estratégicos que contêm as ações que cada comunidade escolar envolvida neste projeto irá implementar de forma a “subir níveis” na Escala de Referência para *“Escolas de Cidadania Participativa”*, não só durante, mas também após o período de implementação do projeto;
- Lançar uma *“Rede de Escolas de Cidadania Participativa”* que irá inicialmente incluir as 3 comunidades escolares envolvidas neste projeto, as quais deverão ter um papel de agentes multiplicadores junto de outras escolas da União Europeia, de forma à sua posterior integração nesta rede.

8. PARCEIROS DO PROJETO

ECOS – Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, CRL (Portugal) Promotor do Projeto



Constituída por uma equipa multidisciplinar forjada pelas experiências vividas no Associativismo Juvenil a nível local, nacional e internacional, e na cooperação para o desenvolvimento, a **ECOS** pretende contribuir, através da sua atividade, para um novo paradigma de desenvolvimento, baseado no diálogo, na cooperação e na construção de vínculos de confiança entre vários atores da sociedade. Neste contexto, a **ECOS** visa ser um agente catalisador de aprendizagens, espaços de diálogo e de cooperação na busca de uma Participação conjunta no desenvolvimento mais inclusivo, democrático, justo e sustentável das nossas comunidades, privilegiando metodologias de aprendizagem alternativas e a educação-não formal.

Mais informação em www.ecos.pt/

Kulturno izobrazevalno drustvo PiNA (Slovenia) ONG Parceira



A **PiNA** trabalha no fortalecimento do setor das Organizações da Sociedade Civil, no desenvolvimento de uma sociedade crítica e responsável bem como na cooperação internacional, desenvolvendo atividades, estabelecendo ligações a outros stakeholders chave e promovendo a Participação ativa da sociedade civil. Tornou-se uma ONG de referência e reconhecida junto da comunidade local e regional. A **PiNA** participa em redes e iniciativas a nível nacional e possui o estatuto de utilidade pública.

Mais informação em www.pina.si

Centrum Rozwoju Inicjatyw Społecznych CRIS (Poland) ONG Parceira



A missão da **CRIS** é a construção de capital social, visando inspirar e apoiar o ativismo cívico. A **CRIS** é um centro de referência para a incubação e apoio a ONGs direcionado a dirigentes locais e/a outros grupos ativos. Adicionalmente a organização promove parcerias entre Organizações da Sociedade Civil, empresas e poder local, particularmente através da implementação de modelos de cooperação efetiva.

Mais informação em www.cris.org.pl/

Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa AEPRosa (Portugal) Escola Parceira



O Agrupamento AEPRosa, composto por nove escolas e constituído em 2013, é uma unidade organizacional dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de nove escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das seguintes finalidades: garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade; proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino; superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar; racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram. Cada uma das escolas que integra o AEPRosa manteve a sua identidade e denominação próprias, geograficamente é possível encontrar escolas do AEPRosa em Faro, Conceição de Faro, Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Bordeira.

Mais informação em www.aeprosa.pt/

Gimnazija Gian Rinaldo Carli Koper - Ginnasio Gian Rinaldo Carli Capodistria (Slovenia) Escola Parceira



Gimnazija é uma escola de pequena dimensão que leciona um curso direcionado para os estudos gerais. O currículo inclui línguas estrangeiras, ciências e artes liberais. O seu enfoque é o desenvolvimento de competências também na áreas da multiculturalidade e da informática. Os seus principais objetivos são: desenvolver de competências relacionadas com o trabalho em equipa entre estudantes e docentes, ensinar os/as estudantes a saber estudar e alargar a sua visão sobre como utilizar todas as competências alcançadas e trabalhar a abertura de espírito e tolerância em relação à diferença. A escola fica situada numa região multiétnica e metalinguística e possui uma gestão binacional.

Mais informação em www.ginnasio-carli.si/

IV Liceum Ogólnokształcące im. Mikołaja Kopernika (Poland) Escola Parceira



IV Liceum é uma escola do ensino secundário avançado em Rybnik, na Polónia. Tem cerca de 400 estudantes. A sua crença é que a escola deveria preocupar-se com o crescimento complexo dos jovens - facultando-lhes oportunidades e inspiração para o desenvolvimento intelectual e pessoal. Tudo isto é proporcionado aos estudantes através de um leque de diferentes ofertas - participar em projetos internacionais, promover cursos adicionais orientados por docentes universitários, desenvolver projetos e iniciativas relacionadas com interesses manifestados e muitas outras.

Mais informação em ivlorybnik.pl/

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bäckman, E., & Trafford, B. (2006). Democratic Governance of Schools. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Brander, P., De Witte L., Ghanea N., Gomes R., Keen E., Nikitina A., Pinkeviciute J. Compass - Manual for human rights education with young people. Estrasburgo: Conselho da Europa. 2012. Disponível em: <http://eycb.coe.int/compass/>
- Citizens as Partners- OECD Handbook on information, consultation and public participation in policy-making. OECD: Paris. 2001. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/digital-government/2536857.pdf>
- Conley, S. Review of Research on Teacher Participation in School Decision Making. Review of Research in Education. Vol. 17 (1991), pp. 225-266. American Educational Research Association. Disponível em: <https://www.jstor.org/publisher/aera>
- Cotton, K. and Wikeland, K. Parent. Involvement in Education. Disponível em: <http://www.nwrel.org/scspd/sirs/3/cu6.html> 1989
- Deschenes, S., Little, P.; Grossman, J., Arbretton, A. Participation over Time: Keeping Youth Engaged from Middle School to High School. Afterschool Matters, n12 p1-8. 2010. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1068341.pdf>
- Dürr, K. (2004). Education for Democratic Citizenship 2001-2004. The School: A Democratic Learning Community. The All-European Study on Pupils' Participation in School. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Goz'dzik-Ormel, Z. (2008) HAVE YOUR SAY! Manual on the revised European Charter on the Participation of Young People in Local and Regional Life. Estrasburgo: Directorate of Youth and Sport European Youth Centre, Conselho da Europa. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/youth/Source/Resources/Publications/Have_your_say_en.pdf
- Hart, R. A. (1992). Children's Participation: From Tokenism to Citizenship. Florence: United Nations Children's Fund. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/childrens_participation.pdf
- Human Rights Education in the School Systems of Europe, Central Asia and North America: A Compendium of Good Practice Published by the OSCE Office for Democratic Institutions and Human Rights. ODIHR. 2009. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/39006?download=true>
- Lara, A. (2016) Gestão Escolar: A participação das famílias. Trabalho no âmbito do mestrado em Gestão e Administração Escolar, Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve
- Leung, Yan Wing; Yuen, Timothy Wai Wa; Cheng, Eric Chi Keung; Chow, Joseph Kui Foon. Is Student Participation in School Governance a "Mission Impossible"? Journal of Social Science Education, v13 n4 p26-40 Win 2014. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1101965>
- Mathieson, J., Popay, J., Enoch, E., Escorel S., Hernandez M., Johnston H. and Rispel L. Social Exclusion Meaning, measurement and experience and links to health inequalities A review of literature. Disponível em: http://www.who.int/social_determinants/media/sek_n_meaning_measurement_experience_2008.pdf.pdf
- Mathieson, J., Popay, J., Enoch, E., Escorel S., Hernandez M., Johnston H. and Rispel L. Understanding and Tackling Social Exclusion Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health From the Social Exclusion Knowledge Network February 2008 Disponível em: http://www.who.int/social_determinants/knowledge_networks/final_reports/sek_n_final%20report_042008.pdf?ua=1
- People & participation. How to put citizens at the heart of decision-making. Involve. 2005. <http://www.involve.org.uk/wp-content/uploads/2011/03/People-and-Participation.pdf>
- Morgado, A. (no prelo). Partilha de poderes com os jovens no espaço escolar: uma experiência de inclusão para a participação democrática. Dissertação de Mestrado em Educação Interdisciplinar (defesa pública a ser realizada). Instituto de Educação, Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Silva Rodrigues, G. O Papel do Diretor de Turma na Autonomia: estudo de caso numa Escola Secundária". Lisboa. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2146/1/Dissertacao-Guilherme_Vjuri-final.pdf
- Summary of the discussions held during the expert workshop on the right to participate in public affairs. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. Human Rights Council. 2016. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/RightToParticipate.aspx>
- What is Good Governance? United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific <http://www.unescap.org/sites/default/files/good-governance.pdf>

Páginas na internet

- The Glossary of Education Reform. Disponível em <http://edglossary.org/>
- United Nations Organization, Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em especial:
 - Concept of Governance. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/quality-framework/technical-notes/concept-of-governance/>
 - Curriculum. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/quality-framework/core-resources/curriculum/>
 - Exclusion in education system. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/quality-framework/technical-notes/exclusion-in-education/>
 - Social exclusion Disponível em http://www.who.int/social_determinants/themes/social_exclusion/en/
 - The Right to Education. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/right-to-education/>

Direito internacional e nacional, documentos orientadores, referenciais

- Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos. 2010. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/carta-do-conselho-da-europa-sobre-educacao-para-cidadania-democratica-e-para-os-direitos-humanos>.
- Convenção sobre os Direitos da Criança. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1989. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- Educação para a Cidadania – linhas orientadoras. Direção-Geral da Educação. 2012. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf
- Quadro de Análise/ Diagnóstico da Qualidade do Ensino Geral (GEQAF). UNESCO. 2012. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/GEQAF2012-Portugues.pdf>
- Recomendação CM/Rec (2010)5 do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre Medidas para combater a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género, Comité de Ministros do Conselho da Europa, 2010.
- Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. 2016. Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/referencial_educacao_desenvolvimento_consulta_publica.pdf
- Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário. Ministério da Educação: 2016 Disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/referencial_educacao_desenvolvimento_consulta_publica.pdf

Documentos de Escolas

- Contrato de Autonomia. Escola da Ponte. Disponível em <http://www.escoladaponte.pt/ficheiros/doc/orienta/CA.pdf>
- Projeto Educativo 2014-2018. Agrupamento de Escolas Manuel Teixeira Gomes. Disponível em <http://www.aemtg.pt/projeto-educativo/>
- Projeto Educativo 2015-2018. Agrupamento de Escolas de Pinheiro e Rosa. Disponível em <http://www.aeprsa.pt/142/projeto-educativo>
- Projeto Educativo. Escola da Ponte. Disponível em <http://www.escoladaponte.pt/ficheiros/doc/orienta/PE.pdf>
- Regulamento Interno. Agrupamento de Escolas de Pinheiro e Rosa. Disponível em <http://www.aeprsa.pt/25/regulamento-interno>
- Regulamento Interno. Agrupamento de Escolas Manuel Teixeira Gomes. Disponível em <http://www.aemtg.pt/regulamento-interno/>
- Regulamento Interno. Escola da Ponte. Disponível em <http://www.escoladaponte.pt/ficheiros/doc/orienta/RI.pdf>

CONTACTOS

ECOS - Cooperativa de Educação,
Cooperação e Desenvolvimento, CRL.

Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Pavilhão A5
8005-139 Faro, Portugal

E-mail: geral@ecos.pt
Tel: +351 966 669 345



"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado."

Rubem Alves

Filósofo, Educador, Escritor, Psicoanalista, Teólogo

COORDENAÇÃO EM PARCERIA COM



pina



APOIO



UA1g

FINANCIADO POR

